



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – COMODORO-PREVI**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**  
*Lei Municipal nº. 1.025/2007 – Decreto nº. 85/2007*

Processo nº. 2018.02.15416P  
Interessado: LAUDETE DE SOUZA PEREIRA  
Assunto: APOSENTADORIA POR IDADE

PARECER TÉCNICO Nº. 06/2018

**I. DA PRELIMINAR**

Considerando as atribuições da Unidade de Controle Interno estabelecidas na Lei Municipal nº. 1.025/2007, Decreto nº. 085/2007 e Portaria nº. 101/2012, de 01/02/2012 e na Resolução Normativa nº. 013/2010 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Considerando o requerimento solicitado a esta Unidade de Controle Interno pelo Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social solicitando parecer no processo em epígrafe com vistas à posterior remessa ao TCE-MT.

Fundam-se as explanações e apontamentos abaixo elencados pelos documentos encaminhados pelo Diretor Executivo a esta Controladoria Interna para análise.

**II – DOS FATOS**

O servidor **Laudete de Souza Pereira**, casado, efetivo no cargo de **VIGIA**, nível “1”, classe “C” lotado no FUNDEB 40%, devidamente matriculado sob o nº. 1952, requereu junto Fundo Municipal de Previdência Social sua **APOSENTADORIA POR IDADE**, com proventos proporcionais, com fulcro no artigo 40, §1º, inciso III, “b” da Constituição Federal e artigo 12, III, “b” da Lei nº. 1.519/2014.

Verificou-se o Processo de benefício previdenciário concedido pelo COMODORO-PREVI e respectivos conteúdos exigidos pela Resolução Normativa TCE/MT nº. 01/2009 (Manual de Triagem – 4º edição) conforme disposto abaixo:

**Dados do Requerente.**

Nome: Laudete de Souza Pereira  
Matricula: 1952  
Cargo Efetivo: Vigia



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – COMODORO-PREVI**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

Lei Municipal n.º. 1.025/2007 – Decreto n.º. 85/2007

Nível: "01"

Classe: "C"

Lotação: FUNDEB 40%

R.G: 142.637 SSP/RO

CPF: 113.549.252-20

Data do Requerimento: 27/12/2017

Data Início do Benefício: 01/01/2018

Ato: Portaria n.º.02/2018

Data do Ato: 20/02/2018

Publicação do Ato: 20/04/2018

Espécie: Aposentadoria por Idade

Valor Benefício: 954,00

Regra: art.12, III, "b", da Lei n.º.1.519/2014 e artigo 40, §1º,III,"b" da CF

Foram juntados aos autos os documentos pessoais do segurado: RG, CPF, certidão de casamento e documentos do cônjuge.

Da análise dos documentos obrigatórios exigidos pela Resolução Normativa n.º01/2009, constatou-se que todos os documentos estão devidamente anexados ao processo.

Compõe ainda o processo, Planilha de Cálculo dos Proventos a ser percebido pelo servidor instruindo o pagamento do benefício em seu valor proporcional.

### III-DA FUNDAMENTAÇÃO

Trata os autos do processo de concessão de Aposentadoria por idade na forma disciplinada pelo artigo 40, inciso III, "b", da Constituição Federal e artigo 12, inciso III, "b" da Lei Municipal n.º. 1.519/2014 do servidor "*Laudete de Souza Pereira*" requerida em 27/12/2017 junto ao Fundo Municipal de Previdência Social.

A regra a ser observada inicialmente é a estabelecida no parágrafo no artigo 40, inciso III, "b" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º.41/2003.

"Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – COMODORO-PREVI**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

*Lei Municipal n.º. 1.025/2007 – Decreto n.º. 85/2007*

critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º. 41, 19.12.2003). (grifamos)

§1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos fixados no §§3º e 17:

(...)

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;  
 (...)(grifo nosso)

Seguindo a mesma linha, a Lei Complementar N.º 1.519/2014 que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Comodoro/MT regrou em seu artigo 12, inciso III, “b” o direito a concessão da aposentadoria por idade:

“Art. 12. Os servidores abrangidos pelo regime do COMODORO-PREVI serão aposentados.

(...)

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

O requisito legal da idade de 65 (sessenta e cinco) anos foi preenchido em 20/10/2015, uma vez que o servidor nasceu em 20/10/1950, conforme se verifica documento de identidade anexa ao processo.

Por fim, o servidor está lotado no serviço público desde 22/11/2007, ou seja, exerce efetivamente o serviço público e a função de vigia acerca de mais de 10 (dez) anos, conforme Portaria n.º. 317/2007, de 22/11/2007.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – COMODORO-PREVI**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

*Lei Municipal nº. 1.025/2007 – Decreto nº. 85/2007*

Diante disto, verifica-se que servidor preenche todos os requisitos legais e por isso faz jus a concessão do benefício de aposentadoria por idade com proventos proporcionais.

#### IV – DA MANIFESTAÇÃO

Diante do exposto, se manifesta esta Unidade de Controle Interno pela regularidade da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade do servidor “Laudete de Souza Pereira” com direito a proventos proporcionais.

Os autos encontram-se regulares, em conformidade com a legislação pertinente, segundo prescreve informações do Relatório Técnico desta Unidade de Controle Interno.

Isto posto, a Unidade de Controle Interno do Município de Comodoro, no uso de suas atribuições regimentais, emite **PARECER FAVORÁVEL** ao ato concessório do benefício.

Comodoro-MT, 26 de abril de 2018.

  
Juliana Postal Franquini Correa  
Controladora Interna